

Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 09.605.581/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Destaque

Resultado do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 30,1 milhões, correspondente a R\$ 0,17 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 13,37%. Foi constituída Reserva Legal em montante equivalente a 5% do referido Lucro Líquido e o saldo restante foi destinado para a Reserva Estatutária, não havendo portanto pagamento de dividendos, "ad-referendum" da Assembleia Geral Ordinária da Corretora.

Ranking B3

Com relação ao volume financeiro de operações, a Corretora se manteve em 12º e 11º lugares nos rankings do mercado à vista de ações e de futuros, respectivamente, considerando o volume anual negociado de janeiro a dezembro de 2017.

Limite de Basileia - Patrimônio de Referência

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado"), formado pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos. Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 21,96%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.198, de 27 de maio de 2004 (conforme alterada), informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 9 de março de 2016. Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.090/12, nº 3.380/06, nº 3.464/07, nº 3.721/09 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gestão de Riscos de Liquidez, Operacional, de Mercado, de Crédito e Socioambiental, respectivamente.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o

desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido. Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>.

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.433/15, que dispõe sobre a instituição de componente organizacional de Ouvidoria, informamos que não há registro de qualquer demanda ou reclamação no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.567/17, o Grupo Goldman Sachs designou o Canal de Ouvidoria como o órgão responsável pelo Canal de Denúncias, por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades. Informamos que a instituição não recebeu nenhuma comunicação em seu Canal de Denúncias no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclosure/canal-de-denuncia.html>.

Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (conforme alterada) do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Ouvidoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou ouvidoriagoldmansachs@gs.com.

Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira
(exceto feriados), das 9h às 18h.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

Ativo	2017		2016		Passivo e Patrimônio líquido	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016		2017	2016	2017	2016
Circulante	148.751	112.153	82.011	86.807	Circulante	82.011	86.807		
Disponibilidades	11.184	8.083		10.036	Instrumentos financeiros derivativos		10.036		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	26.607	44.421			Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)				
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	26.607	44.421			Outras obrigações	82.011	76.771		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	42.843	14.621			Fiscais e previdenciárias (nota 12 (a))	9.769	2.453		
Carteira própria (nota 8)	26.945	812			Negociação e intermediação de valores (nota 10)	43.813	32.008		
Vinculados à prestação de garantias (nota 8)	15.898	13.809			Diversas (nota 12 (b))	28.429	42.310		
Outros créditos	67.976	44.952			Exigível a longo prazo	3.959	8.520		
Rendas a receber	6	1			Outras obrigações	3.959	8.520		
Negociação e intermediação de valores (nota 10)	44.490	32.515			Diversas (nota 12 (b))	3.959	8.520		
Diversos (nota 11)	23.480	12.436			Patrimônio líquido	225.052	192.077		
Outros valores e bens	141	76			Capital social	176.000	176.000		
Despesas antecipadas	141	76			De domiciliados no país (nota 14 (a))	176.000	176.000		
Realizável a longo prazo	162.214	175.167			Reserva de capital (nota 14 (b))	2.888			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	156.647	171.154			Reservas de lucros (nota 14 (c))	46.164	16.077		
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	156.647	171.154			Total do Passivo e Patrimônio líquido	311.022	287.404		
Outros créditos	5.567	4.013							
Diversos (nota 11)	5.567	4.013							
Permanente	57	84							
Imobilizado de uso	57	84							
Outras imobilizações de uso	2.118	2.119							
(-) Depreciações acumuladas	(2.061)	(2.035)							
Total do Ativo	311.022	287.404							

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil, exceto lucro por ação

Receitas da intermediação financeira	2º Semestre		2017		2016	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Resultado de operações	8.572	18.741	17.591			
com títulos e valores mobiliários	8.572	20.675	27.986			
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 9)				(1.934)	(10.395)	
Resultado bruto da intermediação financeira	8.572	18.741	17.591			
Outras receitas/(despesas) operacionais	13.736	18.250	5.578			
Receitas de prestação de serviços (nota 17 (b))	57.223	108.524	121.208			
Despesas de pessoal (nota 17 (c))	(23.483)	(49.632)	(68.570)			
Despesas administrativas (nota 17 (d))	(18.503)	(36.452)	(45.715)			
Despesas tributárias (nota 17 (e))	(4.792)	(9.308)	(10.810)			
Outras receitas operacionais (nota 17 (f))	3.373	6.177	12.566			
Outras despesas operacionais (nota 17 (f))	(82)	(1.059)	(3.101)			
Resultado operacional	22.308	36.991	23.169			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	22.308	36.991	23.169			
Imposto de renda e contribuição social (nota 13)	(4.490)	(6.904)	(6.054)			
Provisão para imposto de renda	(5.182)	(6.489)	(3.922)			
Provisão para contribuição social	(4.002)	(5.113)	(3.511)			
Ativo fiscal diferido	4.739	4.739				
Passivo fiscal diferido	(45)	(41)	1.379			
Lucro líquido do semestre/exercício	17.818	30.087	17.115			
Lucro líquido do semestre/exercício por ação (em reais)		0,10	0,17	0,10		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	2015	2015	2015	2015	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2015	176.000	-	-	(1.038)	174.962
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.115	17.115
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	804	(804)	-
Reserva estatutária	-	-	15.273	(15.273)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	176.000	-	16.077	-	192.077
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 16 (b))	-	2.888	-	-	2.888
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.087	30.087
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.504	(1.504)	-
Reserva estatutária	-	-	28.583	(28.583)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	176.000	2.888	46.164	-	225.052
Saldo em 30 de junho de 2017	176.000	3.773	16.690	11.656	208.119
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 16 (b))	-	(885)	-	-	(885)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	17.818	17.818
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	891	(891)	-
Reserva estatutária	-	-	28.583	(28.583)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	176.000	2.888	46.164	-	225.052

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

Atividades operacionais	2º Semestre		2017		2016	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Lucro do semestre/exercício ajustado	17.627	29.970	23.460			
Lucro do semestre/exercício antes da tributação	22.308	36.991	23.169			
Ajustes ao lucro líquido	(4.681)	(7.022)	291			
Reversão de provisões operacionais	-	(2.349)	(25)			
Outras receitas/despesas operacionais	(2.765)	(2.765)	-			
Depreciações	13	26	316			
Ativo fiscal diferido	(4.739)	(4.739)	-			
Provisão para impostos e contribuições diferidas	45	41	-			
Reversão de provisões	-	(2.349)	(25)			
Impostos e contribuições diferidas	(4.694)	(4.698)	-			
Variações de ativos e obrigações	(22.880)	(44.682)	(8.597)			
Redução em aplicações em depósitos interfinanceiros (Aumento/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos)	3.717	14.507	1.621			
(Aumento/redução em outros créditos)	(23.301)	(38.258)	10.162			
(Aumento/redução em outros valores e bens)	48	(65)	21			
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.666)	(4.671)	(6.025)			
Aumento/(redução) em outras obrigações	(39.335)	8.383	(42.014)			
Caixa (utilizado)/originado nas atividades operacionais	(5.254)	(14.713)	14.863			
Redução/aumento do caixa e equivalentes de caixa	(5.254)	(14.713)	14.863			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	43.045	52.504	37.641			
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	37.791	37.791	52.504			
Redução/aumento do caixa e equivalentes de caixa	(5.254)	(14.713)	14.863			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em R\$ mil

1) Contexto Operacional

Com o objetivo de complementar as atividades desenvolvidas no Brasil nas áreas de banco de investimento, renda fixa e consultoria financeira (advisory), bem como instituir a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros que investem no País, o Grupo Goldman Sachs ("Grupo") constituiu a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Empresa"), sociedade de capital fechado e subsidiária integral do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado").

A Corretora é parte integrante do Grupo Goldman Sachs e desde o início das suas atividades vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando no mercado nacional e internacional de forma integrada, tendo os custos dessa estrutura apropriados em cada unidade de negócio correspondente.

Como ocorre nas operações do Grupo no Brasil, a Corretora conta com todo o suporte de recursos humanos, tecnológicos e de capital para assegurar o nível de serviços prestados aos seus clientes, bem como o atendimento às exigências estabelecidas na legislação vigente, regulamentos e práticas de mercado em vigor.

A Corretora recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil ("BACEN") em 09 de maio de 2008.

Em 16 de dezembro de 2008, a Corretora teve seu pedido de admissão aprovado pelo Conselho de Administração da B3 (Bolsa Brasileira).

Em 02 de fevereiro de 2009, a Corretora começou a executar ordens no mercado de ações e em 21 de setembro de 2010, passou a executar ordens no mercado de futuros, após obter direito de negociação no segmento B3.

Em 27 de dezembro de 2012, o Comitê de Certificação do PQQ - Programa de Qualificação Operacional da B3 renovou o selo de Qualificação "Execution Broker" da Corretora para os segmentos Bovespa e BM&F, selo este que qualifica a corretora que possui foco na intermediação profissional de valores mobiliários quanto ao alto padrão de seus serviços.

Em 18 de setembro de 2017, o PQQ concedeu o selo de Qualificação "Non-Resident Investor Broker" para a Corretora, selo este que identifica o Participante de Negociação Pleno e o Participante de Negociação que possuem estrutura organizacional e tecnológica especializada na prospecção de clientes, prestação de serviços de atendimento consultivo assim como execução de ordens e distribuição de produtos da B3 para investidores não residentes.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Corretora, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
2. CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
3. CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
4. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
5. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
6. CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
7. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
8. CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.
9. Pronunciamento Conceitual Básico - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 09.605.581/0001-60

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em R\$ mil

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

(a) Estrutura de Capital

Há três principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

- **Exigências de Capital - Basileia** - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- **Exigências de Capital - Limite de Exposição por Cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do capital do Conglomerado.
- **Limite de Exposição Cambial** - De acordo com o artigo 1º da Resolução 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delineia procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (Pilar III) e nº 3.716/14, as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

5) Gerenciamento de Risco - Visão Geral

O Conglomerado Financeiro acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos/controles e pessoas.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.721/09 (conforme alterada), o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de renda), reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco (comitês globais da firma) criam e revisam políticas e parâmetros de crédito ao nível do Grupo. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para a Goldman Sachs Brasil e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

(b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.
- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- Risco de preço de *commodities*: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "*commodities*".
- A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.
- Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado Financeiro.
- O Conglomerado emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo.
- As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.
- Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse.
- Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

(c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 3.380/06 (conforme alterada), e melhores práticas de mercado, o Conglomerado implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

(d) Risco de liquidez

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado observa e atende os termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.090/12. As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o diretor-estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

6) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 11.184 (2016 - R\$ 8.083) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 26.607 (2016 - R\$ 44.421) (nota 7 (a)).

7) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**(a) Aplicações no mercado aberto**

Em 31 de dezembro de 2017, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas bancadas no valor de R\$ 26.607 (2016 - R\$ 44.421), com vencimento em 02 de janeiro de 2018, lastreadas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), cuja contraparte é uma instituição ligada (nota 15 (b)).

(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2017, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$ 156.647 (2016 - R\$ 171.154), com vencimento até outubro de 2019 e taxa de 98% do CDI, cuja contraparte é uma instituição ligada (nota 15 (b)).

8) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar do BACEN, na categoria "títulos para negociação", sendo composta por Letras do Tesouro Nacional (LTN) e quotas de fundos emitidas pelo Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB.

O valor de mercado dos títulos públicos representa o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O valor da aplicação em quotas do FILCB reflete o valor da última quota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no período.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

(a) Composição por classificação e tipo

	2017		2016	
	Custo corrigido	Valor de mercado	Custo corrigido	Valor de mercado
Carteira própria	26.857	26.945	812	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	26.857	26.945	812	
Vinculados à prestação de garantias na B3	15.764	15.898	13.809	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.764	4.785	13.809	
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	11.000	11.113	-	
Total	42.621	42.843	14.621	

(b) Classificação e composição por prazo de vencimento

	2017				2016			
	Sem vencimento	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Valor de mercado	Sem vencimento	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Valor de mercado
Carteira própria	-	11.316	15.629	26.945	812			
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	11.316	15.629	26.945	812			
Vinculados à prestação de garantias na B3	11.113	-	4.785	15.898	13.809			
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	4.785	4.785	13.809			
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	11.113	-	-	11.113	-			
Total	11.113	11.316	20.414	42.843	14.621			

Os títulos classificados na categoria para negociação são apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

9) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, não há operações com instrumentos financeiros derivativos na Corretora.

Em 31 de dezembro de 2016, eram representados por operações de termo de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*), com partes relacionadas (nota 15 (b)), negociadas em balcão, cujo valor nominal era de R\$ 42.000 e valor de mercado negativo de R\$ 10.036. A precificação das operações de NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtida por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria BM&FBOVESPA.

(a) Resultado com derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o resultado auferido com as operações de instrumentos financeiros derivativos, termo de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*) está demonstrado a seguir:

	2017	2016
NDF (<i>Non-Deliverable Forward</i>)	(1.934)	(10.395)
Total	(1.934)	(10.395)

10) Outros Créditos - Negociação e Intermediação de Valores

Os saldos classificados em negociação e intermediação de valores no ativo e no passivo são compostos por operações com valores mobiliários por conta de clientes, a liquidar, conforme segue:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	13.793	-	11.114	-
Devedores (credores) - Conta liquidações pendentes	30.697	(43.813)	21.401	(32.008)
Total	44.490	(43.813)	32.515	(32.008)

11) Outros Créditos - Diversos

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2017	2016
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 15 (b)) (1)	18.960	12.428
Créditos tributários de impostos e contribuições (2)	4.739	-
Impostos e contribuições a compensar	4.080	4.013
Adiantamentos e antecipações salariais	-	8
Devedores diversos - país	1.268	-
Total	29.047	16.449

(1) Valores a receber de sociedades ligadas referem-se a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados pela Corretora à Goldman Sachs International no montante de R\$ 13.804 (2016 - R\$ 10.143), à Goldman Sachs & Co, L.L.C. (2), no montante de R\$ 2.840 (2016 - R\$ 2.273) e ao Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. no montante de R\$ 2.316 (2016 - R\$ 12).

(2) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a diferenças temporárias calculadas sobre provisões passivas (nota 13).

12) Outras Obrigações**(a) Fiscais e Previdenciárias**

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2017	2016
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	11	-
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	1.052	1.015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	7.307	1.054
Outros (PIS, Cofins, ISS e CIDE a recolher)	1.350	376
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ e CSLL) (1)	49	8
Total	9.769	2.453

(1) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários.

(b) Diversas

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2017	2016
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 15(b)) (1)	15.718	28.041
Provisão para despesas de pessoal (2)	12.884	14.830
Provisão para outras despesas administrativas	3.417	7.506
Credores diversos - país	369	453
Total	32.388	50.830

(1) Valores a pagar a sociedades ligadas referem-se, principalmente, a provisão para pagamento das RSUs relativo ao Plano de Pagamento Baseado em Ações no montante de R\$ 8.928 (2016 - R\$ 20.378) (nota 16 (b.1)).

(2) Provisão para despesas de pessoal refere-se, principalmente, a provisão de gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 8.867 (2016 - R\$ 10.316).

13) Imposto de Renda, Contribuição Social e Crédito Tributário

(a) Os impostos e contribuições a recolher no exercício são demonstrados como segue:

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	36.991	36.991	23.169	23.169
Imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) vigente até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro 2015	9.248	7.398	5.792	4.634
Diferenças temporárias sem registro de ativo diferido fiscal	-	-	(2.543)	(2.034)
Diferenças temporárias com registro de passivo diferido fiscal	-	-	767	613
Diferenças temporárias	(2.997)	(2.398)	-	-
Diferenças permanentes	238	113	(94)	25
Outros	-	-	-	273
Imposto de renda e contribuição social do exercício	6.489	5.113	3.922	3.511

(b) A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	Totais	
Diferenças temporárias	2.736	2.003	4.739	
Unidades de ações restritas - RSU	2.528	1.836	4.364	
Remuneração Variável	90	72	162	
Outros	118	95	213	
Total de ativos tributários diferidos	2.736	2.003	4.739	
Marcação a mercado positiva - TVM e derivativos	(27)	(22)	(49)	
Total de passivos tributários diferidos	(27)	(22)	(49)	

Uma vez atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 do BACEN, quais sejam: (i) histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IR e CS em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de IR e CS, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo

de dez anos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Corretora registrou ativo diferido fiscal sobre imposto de renda e contribuição social relativos a diferenças temporárias nos montantes de R\$ 2.736 e R\$ 2.003, respectivamente. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 4.739 é estimada em 69% no 1º ano, 28% no 2º ano e 3% no 3º ano. O valor presente dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação da instituição, monta R\$ 2.474 e R\$ 1.822, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017, os passivos tributários diferidos totalizam R\$ 49 (2016 - R\$ 8).

14) Patrimônio Líquido**(a) Capital social**

O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2017, por 176.000.000 (2016 - 176.000.000) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

(b) Reservas de capital

A Resolução CMN nº 3.989, de 31 de dezembro de 2011, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012 a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 16 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 03 de dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações.

Em atendimento ao referido ato normativo, em 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Reserva de capital" apresenta o saldo de R\$ 2.888 (2016 - zero), sendo composta por ajuste de marcação a mercado negativo sobre o pagamento baseado em ações no montante de R\$ 2.083 (2016 - R\$ 6.867) (nota 16 (b)) e contribuição ao capital no montante de R\$ 4.971 (2016 - R\$ 4.971) relativo ao pagamento baseado em ações de exercícios anteriores a 2012 para o qual não havia ocorrido de repagamento.

(c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.504, totalizando o montante de R\$ 2.308 (2016 - R\$ 804).

A reserva estatutária é constituída à base do lucro líquido do período não distribuído após todas as destinações necessárias. Seu saldo acumulado fica à disposição do acionista para futura distribuição em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 28.583, totalizando o montante de R\$ 43.856 (2016 - R\$ 15.273).

Os lucros acumulados, até 31 de dezembro de 2017, foram destinados para reserva estatutária no montante de R\$ 28.583 (2016 - 15.273), "ad-referendum" da Assembleia Geral Ordinária da Corretora.

(d) Dividendos

Não foram provisionados dividendos e juros sobre o capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

15) Transações com Partes Relacionadas**(a) Remuneração de pessoas-chave da Administração**

Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 09.605.581/0001-60

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em R\$ mil

	2017		2016		17) Outras Informações																																																																																																						
	Requer serviço futuro (unvested) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (média ponderada)	Requer serviço futuro (unvested) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (média ponderada)																																																																																																							
Movimentação pela média ponderada:																																																																																																											
Saldo ao final do exercício anterior	485,98	427,56	448,26	420,91																																																																																																							
Outorgada (1) (2) (granted)	681,45	-	443,99	447,47																																																																																																							
Prescrita (forfeited)	539,67	-	572,88	-																																																																																																							
Entregue (3) (delivered)	-	439,63	-	422,90																																																																																																							
Adquirida por direito (2) (vested)	531,43	531,43	411,89	411,89																																																																																																							
Transferida entrada(saída) (transfers)	605,20	293,59	515,79	314,99																																																																																																							
Saldo ao final do exercício	516,51	524,02	478,79	421,24																																																																																																							
<p>(1) A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 681,45 (2016 - R\$ 445,42). O valor justo das RSUs outorgadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 inclui um desconto de liquidez (liquidity discount) de 10,65% e 9,86%, respectivamente, para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.</p> <p>(2) Em 31 de dezembro de 2017, o valor justo agregado das ações com direito adquirido é de R\$ 4.955 (2016 - R\$ 10.741).</p> <p>(3) Em 31 de dezembro de 2017, a média ponderada na data de entrega das RSUs entregues é de R\$ 769,67 (2016 - R\$ 492,58).</p> <p>Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, a Corretora registrou despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseados no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrado na rubrica "Despesas de Pessoal" o montante de R\$ 1.753 (2016 - R\$ 6.614) referentes a amortização dos prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo.</p> <p>A contrapartida do lançamento acima é contabilizada como provisão em "Outras Obrigações - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas".</p> <p>Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Corretora registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 683 (2016 - R\$ 581).</p> <p>Considerando o contrato de repagamento, assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc., a provisão para pagamento em ações, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 8.928 (nota 12 (b)) (2016 - R\$ 20.378) registrado na rubrica "Outras Obrigações - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas". Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica "Outras Obrigações - Diversas - Provisão para Outras Despesas Administrativas" é de R\$ 3.266 (2016 - R\$ 7.257).</p>																																																																																																											
<p>(a) Obrigações legais e passivos contingentes Não existiam processos judiciais ou administrativos de natureza tributária, cível ou trabalhista, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, cuja probabilidade de perda tenha sido classificada como provável ou possível.</p> <p>(b) Receita de prestação de serviços Receitas de prestação de serviços referem-se a:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rendas de outros serviços (1)</td> <td>55.061</td> <td>63.453</td> </tr> <tr> <td>Rendas de corretagens de operações em bolsas</td> <td>53.463</td> <td>57.755</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>108.524</td> <td>121.208</td> </tr> </tbody> </table> <p>(1) Rendas de outros serviços referem-se à rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas à Goldman Sachs International no montante de R\$ 52.773 (2016 - R\$ 63.453) e ao Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. no montante de R\$ 2.288 (2016 - zero) (nota 15 (b)).</p> <p>(c) Despesas de pessoal Despesas de pessoal referem-se a:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesa de pessoal - Proventos</td> <td>35.269</td> <td>45.512</td> </tr> <tr> <td>Despesa de pessoal - Encargos sociais</td> <td>10.329</td> <td>18.810</td> </tr> <tr> <td>Despesa de pessoal - Benefícios</td> <td>3.511</td> <td>3.990</td> </tr> <tr> <td>Despesa de pessoal - Treinamento</td> <td>523</td> <td>258</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>49.632</td> <td>68.570</td> </tr> </tbody> </table> <p>(d) Despesas administrativas Outras despesas administrativas referem-se a:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Serviços técnicos especializados (1)</td> <td>23.024</td> <td>29.926</td> </tr> <tr> <td>Aluguéis</td> <td>3.839</td> <td>4.723</td> </tr> <tr> <td>Serviços do sistema financeiro</td> <td>2.606</td> <td>2.556</td> </tr> <tr> <td>Processamento de dados</td> <td>1.475</td> <td>1.562</td> </tr> <tr> <td>Viagens ao exterior</td> <td>1.400</td> <td>2.416</td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td>794</td> <td>716</td> </tr> <tr> <td>Comunicações</td> <td>565</td> <td>588</td> </tr> <tr> <td>Manutenção e conservação de bens</td> <td>455</td> <td>506</td> </tr> <tr> <td>Vigilância e segurança</td> <td>421</td> <td>401</td> </tr> <tr> <td>Promoções e relações públicas</td> <td>374</td> <td>396</td> </tr> <tr> <td>Publicações</td> <td>148</td> <td>113</td> </tr> <tr> <td>Despesas de material</td> <td>145</td> <td>161</td> </tr> <tr> <td>Seguros</td> <td>144</td> <td>136</td> </tr> <tr> <td>Contribuições filantrópicas</td> <td>40</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td>26</td> <td>316</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas administrativas</td> <td>996</td> <td>1.199</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>36.452</td> <td>45.715</td> </tr> </tbody> </table> <p>(1) Serviços técnicos especializados referem-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (controlador) para a Corretora, no montante de R\$ 22.744 (2016 - R\$ 29.418).</p> <p>(e) Despesas tributárias Despesas tributárias referem-se a:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS</td> <td>5.426</td> <td>6.060</td> </tr> <tr> <td>Despesas de contribuição ao PIS/PASEP e COFINS</td> <td>3.669</td> <td>4.334</td> </tr> <tr> <td>Despesa tributária - CIDE</td> <td>131</td> <td>289</td> </tr> <tr> <td>Despesas tributárias - IOF</td> <td>82</td> <td>127</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>9.308</td> <td>10.810</td> </tr> </tbody> </table> <p>(f) Outras receitas e despesas operacionais Outras receitas operacionais referem-se, substancialmente, à reversão do ajuste negativo de marcação a mercado relativo ao pagamento baseado em ações referente ao exercício anterior no montante de R\$ 1.896 (2016 - R\$ 2.073) (nota 14 (b)), ao reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante de R\$ 1.127 (2016 - R\$ zero), e à recuperação de despesa originada pela contribuição da Corretora (Instituidora) ao plano de previdência privada PGBL, em nome dos seus funcionários (participantes) que, em função do rompimento de vínculo antes do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício, a Instituidora passa a poder utilizar os recursos depositados para quitação de contribuições futuras (nota 16 (a)) no montante de R\$ 1.268 (2016 - R\$ zero). Em 31 de dezembro de 2017, referem-se, ainda, a receitas de variação cambial sobre os saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 159 (2016 - R\$ 7.702) e reversões de provisões no montante de R\$ 453 (2016 - R\$ 2.401).</p> <p>(g) Plano de benefícios a funcionários Conforme Resolução nº 4.424/2015, que regulamenta o registro contábil e a evidenciação de benefícios a empregados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Administração da Corretora, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>							2017	2016	Rendas de outros serviços (1)	55.061	63.453	Rendas de corretagens de operações em bolsas	53.463	57.755	Total	108.524	121.208		2017	2016	Despesa de pessoal - Proventos	35.269	45.512	Despesa de pessoal - Encargos sociais	10.329	18.810	Despesa de pessoal - Benefícios	3.511	3.990	Despesa de pessoal - Treinamento	523	258	Total	49.632	68.570		2017	2016	Serviços técnicos especializados (1)	23.024	29.926	Aluguéis	3.839	4.723	Serviços do sistema financeiro	2.606	2.556	Processamento de dados	1.475	1.562	Viagens ao exterior	1.400	2.416	Serviços de terceiros	794	716	Comunicações	565	588	Manutenção e conservação de bens	455	506	Vigilância e segurança	421	401	Promoções e relações públicas	374	396	Publicações	148	113	Despesas de material	145	161	Seguros	144	136	Contribuições filantrópicas	40	-	Depreciação	26	316	Outras despesas administrativas	996	1.199	Total	36.452	45.715		2017	2016	Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	5.426	6.060	Despesas de contribuição ao PIS/PASEP e COFINS	3.669	4.334	Despesa tributária - CIDE	131	289	Despesas tributárias - IOF	82	127	Total	9.308	10.810
	2017	2016																																																																																																									
Rendas de outros serviços (1)	55.061	63.453																																																																																																									
Rendas de corretagens de operações em bolsas	53.463	57.755																																																																																																									
Total	108.524	121.208																																																																																																									
	2017	2016																																																																																																									
Despesa de pessoal - Proventos	35.269	45.512																																																																																																									
Despesa de pessoal - Encargos sociais	10.329	18.810																																																																																																									
Despesa de pessoal - Benefícios	3.511	3.990																																																																																																									
Despesa de pessoal - Treinamento	523	258																																																																																																									
Total	49.632	68.570																																																																																																									
	2017	2016																																																																																																									
Serviços técnicos especializados (1)	23.024	29.926																																																																																																									
Aluguéis	3.839	4.723																																																																																																									
Serviços do sistema financeiro	2.606	2.556																																																																																																									
Processamento de dados	1.475	1.562																																																																																																									
Viagens ao exterior	1.400	2.416																																																																																																									
Serviços de terceiros	794	716																																																																																																									
Comunicações	565	588																																																																																																									
Manutenção e conservação de bens	455	506																																																																																																									
Vigilância e segurança	421	401																																																																																																									
Promoções e relações públicas	374	396																																																																																																									
Publicações	148	113																																																																																																									
Despesas de material	145	161																																																																																																									
Seguros	144	136																																																																																																									
Contribuições filantrópicas	40	-																																																																																																									
Depreciação	26	316																																																																																																									
Outras despesas administrativas	996	1.199																																																																																																									
Total	36.452	45.715																																																																																																									
	2017	2016																																																																																																									
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	5.426	6.060																																																																																																									
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP e COFINS	3.669	4.334																																																																																																									
Despesa tributária - CIDE	131	289																																																																																																									
Despesas tributárias - IOF	82	127																																																																																																									
Total	9.308	10.810																																																																																																									
<p>18) Limites Operacionais</p> <p>(a) Índice de Basileia e de imobilização A Corretora adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do BACEN, com base no Conglomerado Prudencial é de 21,96% (2016 - 24,87%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.544.577 (2016 - R\$ 1.381.820).</p> <p>Em 31 de dezembro de 2017, o índice de imobilização do Conglomerado é de 1,55% (2016 - 2,22%).</p>																																																																																																											

DIRETORIA

Diretor-Presidente: **Juliano Meira Campos Arruda****André dos Santos Mendonça**
Gersoni Analla Fernandes Montes Munhoz
Kathia Aparecida Autuori**Ricardo Donisete Stabile**
Silvia Regina C. Valente

CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldívieso
CRC 1SP240271/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil
Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2018



PWC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê") tem por finalidade auxiliar as diretorias do Banco e da Corretora no que diz respeito à avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente do Conglomerado, dentre outras atribuições. O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo

Comitê no âmbito de suas atribuições para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado; (b) a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e da Corretora. Para assegurar a efetividade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna, nenhuma deficiência

relevante foi identificada. O Comitê também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, tendo concluído que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram considerados adequados e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê considera que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento das normas editadas pelo BACEN.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018.

Ouvidoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou ouvidoriagoldmansachs@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.